

ESP-UNESP-FACUL.CIENCIAS AGRONOMIC-C.BOTUCATU

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	102314-ESP-UNESP-FACUL.CIENCIAS AGRONOMIC-C.BOTUCATU	MARCELO MODELO	11/05/2026 09:10 (v 0.6)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	122/2026	321/2026-FCA

1. Condições Gerais da Contratação

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços não contínuos de manutenção predial para a Faculdade de Ciências Agrônômicas - FCA/UNESP pelo período de 12 meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

CDHU Boletim 200 04/2026									
SIURB 01/2026									
SINAPI 03/2026									
SICRO3 01/2026									
FDE 01/2026									
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, CONFORME DESCRITIVO ABAIXO E NOS TERMOS DO MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO				DATA BASE:	Março/2026	BDI	23,00%		
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTDE 12 MESES	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO COM BDI	PREÇO DO SERV.	%
CIVIL - ITENS 1 AO 142								R\$ 7.888.019,45	90,94%
1	CDHU	34.01.020	LIMPEZA E REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS	20.000,00	m²	R\$ 2,27	R\$ 2,79	R\$ 55.800,00	0,71%
2	SIURB	18060007	RETIRADA DE GRAMA	500,00	m²	R\$ 7,77	R\$ 9,56	R\$ 4.780,00	0,06%
3	CDHU	34.02.100	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM PLACAS (JARDINS E CANTEIROS)	2.000,00	M²	R\$ 20,01	R\$ 24,61	R\$ 49.220,00	0,62%
4	CDHU	05.07.050	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA	210,00	m³	R\$ 136,23	R\$ 167,56	R\$ 35.187,60	0,45%
5	CDHU	54.01.010	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA DE SUPERFÍCIE, SEM CONTROLE DO PROCTOR NORMAL	2.000,00	m²	R\$ 3,64	R\$ 4,48	R\$ 8.960,00	0,11%
6	CDHU	06.02.020	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS ATÉ 1,50 M	100,00	m³	R\$ 68,13	R\$ 83,80	R\$ 8.380,00	0,11%
7	CDHU	06.11.040	REATERRO COMPACTADO DE VALAS	100,00	m³	R\$ 21,19	R\$ 26,06	R\$ 2.606,00	0,03%
8	CDHU	07.02.020	ESCAVAÇÃO MECANIZADA ATÉ 2,00 M	100,00	m³	R\$ 11,64	R\$ 14,32	R\$ 1.432,00	0,02%
9	CDHU	07.11.020	REATERRO MECANIZADO	100,00	m³	R\$ 7,70	R\$ 9,47	R\$ 947,00	0,01%
CERCA EM TELA DE AÇO GALVANIZADO DE 2', MONTANTES EM MOURÕES DE								R\$	

10	CDHU	34.05.050	CONCRETO COM PONTA INCLINADA E ARAME FARPADO	2.500,00	M	R\$ 216,22	R\$ 265,95	664.875,00	8,43%
11	SINAPI	94319	FORNECIMENTO DE SOLO ARGILO-ARENOSO INCLUSO TRANSPORTE	50,00	m³	R\$ 89,77	R\$ 110,42	R\$ 5.521,00	0,07%
12	CDHU	14.04.210	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO 14CM USO REVESTIDO	500,00	m²	R\$ 86,34	R\$ 106,20	R\$ 53.100,00	0,67%
13	CDHU	14.10.111	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO VEDAÇÃO 14x19x39 CM CLASSE C	100,00	m²	R\$ 100,50	R\$ 123,62	R\$ 12.362,00	0,16%
14	CDHU	14.11.231	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 19x39x39 CM CLASSE B	80,00	m²	R\$ 133,01	R\$ 163,60	R\$ 13.088,00	0,17%
15	CDHU	14.30.310	DIVISÓRIA EM PLACAS DE GESSO ACARTONADO RF 30 ESP.100/70 MM 1ST /1ST	200,00	m²	R\$ 176,74	R\$ 217,39	R\$ 43.478,00	0,55%
16	CDHU	22.02.100	FORRO EM PAINÉIS DE GESSO ACARTONADO ACABAMENTO LISO COM PELÍCULA EM PVC, 625 x 1225 MM, ESP. 9,5MM, REMOVÍVEL	300,00	m²	R\$ 105,94	R\$ 130,31	R\$ 39.093,00	0,50%
17	FDE	10.01.049	FORRO DE GESSO ACARTONADO INCLUSIVE ESTRUTURA	700,00	m²	R\$ 127,87	R\$ 157,28	R\$ 110.096,00	1,40%
18	SIURB	12001040	FORRO DE GESSO COMUM	100,00	m²	R\$ 122,67	R\$ 150,88	R\$ 15.088,00	0,19%
19	SINAPI	97641	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO	200,00	m²	R\$ 4,15	R\$ 5,10	R\$ 1.020,00	0,01%
20	CDHU	17.02.020	CHAPISCO	1.000,00	m²	R\$ 7,79	R\$ 9,58	R\$ 9.580,00	0,12%
21	CDHU	17.02.120	EMBOÇO PAULISTA (MASSA ÚNICA)	500,00	m²	R\$ 24,76	R\$ 30,45	R\$ 15.225,00	0,19%
22	SIURB	13002042	PISO CERÂMICO ESMALTADO (PEI 5) ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE	600,00	m²	R\$ 104,69	R\$ 128,77	R\$ 77.262,00	0,98%
23	SIURB	13002039	PISO CERÂMICO NÃO ESMALTADO ANTI DERRAPANTE (PEI 5) ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE	200,00	m²	R\$ 245,50	R\$ 301,97	R\$ 60.394,00	0,77%
24	CDHU	18.11.022	REVESTIMENTO CERÂMICO INCL. REJUNTAMENTO	300,00	m²	R\$ 140,39	R\$ 172,68	R\$ 51.804,00	0,66%
25	SIURB	11002029	AZULEJOS, JUNTA AMARRAÇÃO OU A PRUMO -ASSENTES COM ARGAMASSA COLANTE	500,00	m²	R\$ 74,28	R\$ 91,36	R\$ 45.680,00	0,58%
26	SIURB	13003009	RODAPÉ CERÂMICO 5 CM A 7 CM INCL. REJUNTAMENTO	200,00	m²	R\$ 27,61	R\$ 33,96	R\$ 6.792,00	0,09%
27	SIURB	17060030	RETIRADA DE LAJOTAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO	100,00	m²	R\$ 18,12	R\$ 22,29	R\$ 2.229,00	0,03%
28	CDHU	03.01.250	DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE PISO	300,00	m²	R\$ 27,56	R\$ 33,90	R\$ 10.170,00	0,13%
29	CDHU	03.03.060	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO	800,00	m²	R\$ 11,36	R\$ 13,97	R\$ 11.176,00	0,14%
30	CDHU	03.02.040	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA INCLUSIVE REVESTIMENTO EM MASSA	500,00	m²	R\$ 90,84	R\$ 111,73	R\$ 55.865,00	0,71%
31	CDHU	03.04.020	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO INCLUSIVE A BASE	600,00	m³	R\$ 13,63	R\$ 16,76	R\$ 10.056,00	0,13%
32	CDHU	03.03.040	DEMOLIÇÃO EM REVESTIMENTO EM MASSA DE PAREDE OU TETO	1.000,00	m²	R\$ 6,81	R\$ 8,38	R\$ 8.380,00	0,11%
33	CDHU	17.05.020	PISO COM REQUADRO EM CONCRETO SEM CONTROLE FCK	200,00	m²	R\$ 977,72	R\$ 1.202,60	R\$ 240.520,00	3,05%
34	CDHU	17.05.070	PISO DE CONCRETO FCK 20 MPA COM CONTROLE FCK	200,00	m³	R\$ 1.044,55	R\$ 1.284,80	R\$ 256.960,00	3,26%
35	CDHU	10.02.020	ARMADURA EM TELA SOLDADA DE AÇO	300,00	kg	R\$ 9,83	R\$ 12,09	R\$ 3.627,00	0,05%
36	CDHU	54.04.350	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA DE CONCRETO 35 MPA ESPESSURA 8 CM TIPOS: RAQUETE, RETANGULAR, SEXTAVADO E 16 FACES	1.000,00	m²	R\$ 129,26	R\$ 158,99	R\$ 158.990,00	2,02%
37	FDE	02.05.050	CONCRETO GROUT	10,00	m³	R\$ 597,72	R\$ 735,20	R\$ 7.352,00	0,09%
38	CDHU	54.06.040	GUIA DE CONCRETO PRÉ-FABRICADA	600,00	m	R\$ 62,53	R\$ 76,91	R\$ 46.146,00	0,59%
39	CDHU	33.01.280	REPAROS EM TRINCAS ATÉ 5 MM COM MASSA ACRÍLICA E TELA DE POLIÉSTER	500,00	m	R\$ 58,47	R\$ 71,92	R\$ 35.960,00	0,46%
40	FDE	15.50.002	REMOÇÃO DE OLEO, ESMALTE, LATEX, ACRILICOEM PAREDES COM LIXAMENTO REMOÇÃO DE PINTURA EM	2.000,00	m	R\$ 4,30	R\$ 5,29	R\$ 10.580,00	0,13%

41	SIURB	15050010	ESQUADRIAS E FORROS DE MADEIRA - LIXA	2.000,00	m²	R\$ 10,48	R\$ 12,89	R\$ 25.780,00	0,33%
42	SIURB	15050020	REMOÇÃO DE PINTURA EM ESQUADRIAS E PEÇAS DE SERRALHERIA - LIXA	100,00	m²	R\$ 9,98	R\$ 12,28	R\$ 1.228,00	0,02%
43	CDHU	33.02.080	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA CORRIDA ACRÍLICA	2.000,00	m²	R\$ 19,27	R\$ 23,70	R\$ 47.400,00	0,60%
44	CDHU	33.10.060	PINTURA EPÓXI INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR	300,00	m²	R\$ 152,80	R\$ 187,94	R\$ 56.382,00	0,71%
45	CDHU	33.10.030	PINTURA ACRÍLICA ANTIMOFO INCLUSIVE Fundo PREPARADOR	10.000,00	m²	R\$ 38,02	R\$ 46,76	R\$ 467.600,00	5,93%
46	CDHU	33.10.020	PINTURA LÁTEX PVA INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR	10.000,00	m²	R\$ 31,99	R\$ 39,35	R\$ 393.500,00	4,99%
47	CDHU	33.06.020	PINTURA ACRÍLICA EM PISO	5.000,00	m²	R\$ 28,65	R\$ 35,24	R\$ 176.200,00	2,23%
48	FDE	15.80.060	ESMALTE EM ESTRUTURAS METÁLICAS INCLUSIVE PREPARO E RETOQUE DE ZARCÃO	3.000,00	m²	R\$ 21,30	R\$ 26,20	R\$ 78.600,00	1,00%
49	SIURB	15002011	PINTURA ESMALTE EM SUPERFÍCIES DE MADEIRA INCLUSIVE FUNDO E EMASSAMENTO	1.500,00	m²	R\$ 62,65	R\$ 77,06	R\$ 115.590,00	1,47%
50	SIURB	15003014	PINTURA ESMALTE EXTERIOR DE CALHAS RUFOS E CONDUTORES	1.000,00	m²	R\$ 19,18	R\$ 23,59	R\$ 23.590,00	0,30%
51	SIURB	17003072	DEMARCAÇÃO E PINTURA DE FAIXAS COM BORRACHA CLORADA ATÉ 10 CM	1.000,00	m²	R\$ 8,52	R\$ 10,48	R\$ 10.480,00	0,13%
52	CDHU	33.03.740	PINTURA EM RESINA ACRÍLICA PARA PAREDES DE TIJOLO A VISTA	10.000,00	m²	R\$ 32,66	R\$ 40,17	R\$ 401.700,00	5,09%
53	CDHU	23.20.100	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BATENTES EM MADEIRA	200,00	m	R\$ 56,28	R\$ 69,22	R\$ 13.844,00	0,18%
54	CDHU	23.20.120	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GUARNIÇÃO EM MADEIRA	200,00	m	R\$ 9,27	R\$ 11,40	R\$ 2.280,00	0,03%
55	CDHU	23.20.170	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTA LISA FOLHEADA EM MADEIRA	200,00	m²	R\$ 157,59	R\$ 193,84	R\$ 38.768,00	0,49%
56	CDHU	04.08.020	RETIRADA DE FOLHAS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	50,00	un	R\$ 25,18	R\$ 30,97	R\$ 1.548,50	0,02%
57	SIURB	7060002	RETIRADA DE BATENTES DE MADEIRA	30,00	m	R\$ 69,61	R\$ 85,62	R\$ 2.568,60	0,03%
58	SIURB	8060005	RETIRADA DE BATENTES METÁLICOS	30,00	un	R\$ 69,61	R\$ 85,62	R\$ 2.568,60	0,03%
59	CDHU	04.09.020	RETIRADA DE ESQUADRIAS METÁLICAS EM GERAL, PORTAS OU CAIXILHOS	100,00	m²	R\$ 35,25	R\$ 43,36	R\$ 4.336,00	0,05%
60	CDHU	24.01.010	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO FIXO SOB MEDIDA	100,00	m²	R\$ 588,01	R\$ 723,25	R\$ 72.325,00	0,92%
61	CDHU	24.01.030	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO BASCULANTE SOB MEDIDA	30,00	m²	R\$ 1.696,15	R\$ 2.086,26	R\$ 62.587,80	0,79%
62	CDHU	24.01.100	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO TIPO VENEZIANA LINHA COMERCIAL	50,00	m²	R\$ 420,46	R\$ 517,17	R\$ 25.858,50	0,33%
63	SIURB	24.01.070	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO DE CORRER SOB MEDIDA	30,00	m²	R\$ 941,95	R\$ 1.158,60	R\$ 34.758,00	0,44%
64	CDHU	24.02.450	GRADE DE PROTEÇÃO PARA CAIXILHOS	50,00	m²	R\$ 1.560,55	R\$ 1.919,48	R\$ 95.974,00	1,22%
65	CDHU	25.01.400	CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO, FIXO, COM VENTILAÇÃO PERMANENTE	260,00	m²	R\$ 620,65	R\$ 763,40	R\$ 198.484,00	2,52%
66	CDHU	25.01.410	CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO - PIVOTANTE	10,00	m²	R\$ 1.032,96	R\$ 1.270,54	R\$ 12.705,40	0,16%
67	CDHU	26.01.040	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 4MM	80,00	m²	R\$ 183,47	R\$ 225,67	R\$ 18.053,60	0,23%
68	CDHU	26.01.060	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 5MM	80,00	m²	R\$ 177,95	R\$ 218,88	R\$ 17.510,40	0,22%
69	CDHU	26.01.080	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 6MM	80,00	m²	R\$ 201,96	R\$ 248,41	R\$ 19.872,80	0,25%

70	CDHU	26.04.010	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESPELHO 4MM	80,00	m²	R\$ 575,59	R\$ 707,98	R\$ 56.638,40	0,72%
71	CDHU	04.14.020	RETIRADA DE VIDRO OU ESPELHO COM RASPAGEM DA MASSA OU RETIRADA DE BAGUETE	300,00	m²	R\$ 16,56	R\$ 20,37	R\$ 6.111,00	0,08%
72	CDHU	26.02.020	VIDRO TEMPERADO INCOLOR DE 6 MM	20,00	m²	R\$ 250,26	R\$ 307,82	R\$ 6.156,40	0,08%
73	CDHU	26.02.040	VIDRO TEMPERADO INCOLOR DE 8 MM	100,00	m²	R\$ 269,08	R\$ 330,97	R\$ 33.097,00	0,42%
74	CDHU	26.02.060	VIDRO TEMPERADO INCOLOR DE 10 MM	20,00	m²	R\$ 279,84	R\$ 344,20	R\$ 6.884,00	0,09%
75	FDE	08.82.060	LIMPEZA DE CANALETAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	20.000,00	m	R\$ 5,58	R\$ 6,86	R\$ 137.200,00	1,74%
76	CDHU	55.01.030	LIMPEZA COMPLEMENTAR COM HIDROJATEAMENTO	20.000,00	m²	R\$ 9,46	R\$ 11,64	R\$ 232.800,00	2,95%
77	FDE	08.12.016	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHAS E RUFOS CORTE 0,50 M CH 24	150,00	m	R\$ 155,34	R\$ 191,07	R\$ 28.660,50	0,36%
78	FDE	08.12.017	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHAS E RUFOS CORTE 1,00 M CH 24	150,00	m	R\$ 238,00	R\$ 292,74	R\$ 43.911,00	0,56%
79	CDHU	02.05.100	MONTAGEM DE ANDAIMES TUBULAR FACHADEIRO ALTURA ATÉ 20 M	1.000,00	m²	R\$ 34,91	R\$ 42,94	R\$ 42.940,00	0,54%
80	CDHU	02.05.212	ANDAIME TUBULAR FACHADEIRO COM PISO METÁLICO, SAPATAS AJUSTÁVEIS E ESCADA DE ACESSO	1.000,00	m² /mês	R\$ 25,53	R\$ 31,40	R\$ 31.400,00	0,40%
81	CDHU	07.60.061	REMOÇÃO DE TELHADO METÁLICO, PLÁSTICO OU FIBROCIMENTO	1.500,00	m²	R\$ 6,41	R\$ 7,88	R\$ 11.820,00	0,15%
82	CDHU	16.12.060	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHA EM CHAPA DE AÇO PRÉ-PINTADA EM EPÓXI E POLIÉSTER, PERFIL TRAPEZOIDAL ESP. 0,5 MM E 40 MM DE ALTURA	500,00	m²	R\$ 110,63	R\$ 136,07	R\$ 68.035,00	0,86%
83	CDHU	16.13.070	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHA EM CHAPA DE AÇO PRÉ-PINTADA EM EPÓXI E POLIÉSTER, SANDUICHE POLIURETANO, ESP. 0,5 MM E 40 MM DE ALTURA	1.000,00	m²	R\$ 191,78	R\$ 235,89	R\$ 235.890,00	2,99%
84	SINAPI	94218	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHA ESTRUTURAL EM FIBROCIMENTO 8 MM	1.000,00	m²	R\$ 112,62	R\$ 138,52	R\$ 138.520,00	1,76%
85	CDHU	04.03.020	RETIRADA DE TELHAMENTO EM BARRO	1.000,00	m²	R\$ 18,17	R\$ 22,35	R\$ 22.350,00	0,28%
86	CDHU	16.02.030	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHA CERÂMICA	1.000,00	m²	R\$ 71,89	R\$ 88,42	R\$ 88.420,00	1,12%
87	CDHU	15.20.040	RECOLOCAÇÃO DE PEÇAS LINEARES EM MADEIRA COM SEÇÃO ATÉ 60 CM²	2.000,00	m	R\$ 7,15	R\$ 8,79	R\$ 17.580,00	0,22%
88	CDHU	04.02.020	RETIRADA DE PEÇAS LINEARES EM MADEIRA COM SEÇÃO ATÉ 60 CM²	1.000,00	m	R\$ 1,51	R\$ 1,86	R\$ 1.860,00	0,02%
89	CDHU	15.20.020	FORNECIMENTO DE PEÇAS DIVERSAS PARA ESTRUTURA EM MADEIRA	20,00	m³	R\$ 5.477,74	R\$ 6.737,62	R\$ 134.752,40	1,71%
90	SIURB	6080001	REVISÃO GERAL DE TELHADOS DE BARRO, INCLUSIVE TOMADA DE GOTEIRA	10.000,00	m²	R\$ 10,98	R\$ 13,51	R\$ 135.100,00	1,71%
91	SIURB	6080010	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - RIPAS 1,5x5CM	3.000,00	m	R\$ 9,38	R\$ 11,54	R\$ 34.620,00	0,44%
92	SIURB	6080012	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - CAIBROS 5x6CM	800,00	m	R\$ 25,66	R\$ 31,56	R\$ 25.248,00	0,32%
93	SIURB	6080016	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - VIGAS 6x12CM	800,00	m	R\$ 72,33	R\$ 88,97	R\$ 71.176,00	0,90%
94	CDHU	15.03.030	FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL ASTM A36	1.000,00	kg	R\$ 29,12	R\$ 35,82	R\$ 35.820,00	0,45%
95	CDHU	15.03.090	MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA	1.000,00	kg	R\$ 6,47	R\$ 7,96	R\$ 7.960,00	0,10%
96	CDHU	04.02.140	RETIRADA DE ESTRUTURA METÁLICA	1.000,00	kg	R\$ 2,53	R\$ 3,11	R\$ 3.110,00	0,04%
97	CDHU	04.09.160	RETIRADA DE ENTELHAMENTO METÁLICO EM GERAL	1.000,00	m²	R\$ 4,79	R\$ 5,89	R\$ 5.890,00	0,07%
			TAMPO/BANCADA EM CONCRETO						

98	CDHU	44.02.200	ARMADO, REVESTIDO EM AÇO INOXIDÁVEL FOSCO POLIDO	30,00	M²	R\$ 1.749,67	R\$ 2.152,09	R\$ 64.562,70	0,82%
99	CDHU	44.06.520	CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL SIMPLES DE 600X500X400MM	20,00	UN	R\$ 1.523,87	R\$ 1.874,36	R\$ 37.487,20	0,48%
100	SIURB	10014075	TAMPO PARA BANCADA UMIDA ELETRODUTO DE PVC CORRUGADO	100,00	m²	R\$ 631,46	R\$ 776,70	R\$ 77.670,00	0,98%
101	CDHU	38.19.030	FLEXÍVEL LEVE, DIÂMETRO EXTERNO DE 25 MM	300,00	M	R\$ 19,14	R\$ 23,54	R\$ 7.062,00	0,09%
102	CDHU	29.01.230	CANTONEIRA E PERFIS EM FERRO	300,00	kg	R\$ 27,70	R\$ 34,07	R\$ 10.221,00	0,13%
103	CDHU	29.01.210	CANTONEIRA EM AÇO GALVANIZADO	300,00	kg	R\$ 32,67	R\$ 40,18	R\$ 12.054,00	0,15%
104	CDHU	29.01.030	PERFIL EM ALUMÍNIO NATURAL	300,00	kg	R\$ 116,22	R\$ 142,95	R\$ 42.885,00	0,54%
105	SINAPI	90447	RASGO EM ALVENARIA P/ TUBULAÇÕES ATÉ 40MM	300,00	m	R\$ 12,94	R\$ 15,92	R\$ 4.776,00	0,06%
106	SINAPI	91222	RASGO EM ALVENARIA P/ TUBULAÇÕES MAIORES QUE 40 ATÉ 75 MM	300,00	m	R\$ 12,98	R\$ 15,97	R\$ 4.791,00	0,06%
107	CDHU	11.05.040	ARGAMASSA GRAUTE	10,00	m³	R\$ 457,36	R\$ 562,55	R\$ 5.625,50	0,07%
108	CDHU	02.03.030	PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES EM GERAL COM PLÁSTICO BOLHA	1.500,00	m²	R\$ 2,86	R\$ 3,52	R\$ 5.280,00	0,07%
109	CDHU	02.03.240	PROTEÇÃO DE PISO COM TECIDO DE ANIAGEM	1.000,00	m²	R\$ 17,52	R\$ 21,55	R\$ 21.550,00	0,27%
110	CDHU	02.03.120	TAPUME FIXO PARA FECHAMENTO DE ÁREA COM PORTÃO	1.000,00	m²	R\$ 109,07	R\$ 134,16	R\$ 134.160,00	1,70%
111	SIURB	17004020	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA ATÉ 1000 LITROS	150,00	un	R\$ 77,67	R\$ 95,53	R\$ 14.329,50	0,18%
112	SIURB	17004021	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DE 1001 ATE 10.000 LITROS	15,00	un	R\$ 207,13	R\$ 254,77	R\$ 3.821,55	0,05%
113	SIURB	17004022	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA ACIMA DE 10.000 LITROS	15,00	un	R\$ 466,05	R\$ 573,24	R\$ 8.598,60	0,11%
114	CDHU	11.18.040	LASTRO DE PEDRA BRITADA	100,00	m³	R\$ 211,55	R\$ 260,21	R\$ 26.021,00	0,33%
115	CDHU	11.18.060	LONA PLÁSTICA	2.000,00	m²	R\$ 2,17	R\$ 2,67	R\$ 5.340,00	0,07%
116	SIURB	2002016	LASTRO DE CONCRETO 150 kg CIM/M³	50,00	m³	R\$ 555,14	R\$ 682,82	R\$ 34.141,00	0,43%
117	CDHU	12.01.041	BROCA DE CONCRETO ARMADO DIÂMETRO DE 25 CM COMPLETA	50,00	m	R\$ 85,53	R\$ 105,20	R\$ 5.260,00	0,07%
118	CDHU	10.01.040	ARMADURA EM BARRA DE AÇO CA 50 (A OU B) fyk+ 500 Mpa	50,00	kg	R\$ 10,15	R\$ 12,48	R\$ 624,00	0,01%
119	CDHU	10.01.060	ARMADURA EM BARRA DE AÇO CA 60 (A OU B) fyk+ 600 MPa	50,00	kg	R\$ 10,80	R\$ 13,28	R\$ 664,00	0,01%
120	CDHU	10.02.020	ARMADURA EM TELA SOLDADA DE AÇO	50,00	kg	R\$ 9,83	R\$ 12,09	R\$ 604,50	0,01%
121	SIURB	2003001	FORMA COMUM DE TABUAS DE PINUS	200,00	m²	R\$ 89,88	R\$ 110,55	R\$ 22.110,00	0,28%
122	CDHU	11.01.100	CONCRETO USINADO FCK 20 Mpa	50,00	m³	R\$ 493,41	R\$ 606,89	R\$ 30.344,50	0,38%
123	CDHU	11.01.130	CONCRETO USINADO FCK 25 Mpa	100,00	m³	R\$ 516,96	R\$ 635,86	R\$ 63.586,00	0,81%
124	CDHU	11.03.090	CONCRETO PREPARADO NO LOCAL FCK 20 MPA	50,00	m³	R\$ 565,58	R\$ 695,66	R\$ 34.783,00	0,44%
125	CDHU	11.16.060	LANÇAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO	200,00	m³	R\$ 132,30	R\$ 162,73	R\$ 32.546,00	0,41%
126	FDE	03.03.018	LAJE PRÉ-FABRICADA MISTA VIGOTA TRELIÇADA UNIDIRECIONAL - LT 12 (8 +4) E CAPA DE CONCRETO 20 Mpa INCLUSIVE ESCORAMENTO	50,00	m²	R\$ 158,62	R\$ 195,10	R\$ 9.755,00	0,12%
127	CDHU	49.03.020	CAIXA EM ALVENARIA 60 X 60 X 60 CM INTERNO INCLUSIVE TAMPA	30,00	un	R\$ 377,24	R\$ 464,01	R\$ 13.920,30	0,18%
128	SIURB	1004050	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA ½ TIJOLO COMUM	30,00	m²	R\$ 307,63	R\$ 378,38	R\$ 11.351,40	0,14%
129	SIURB	1004051	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA 1 TIJOLO COMUM	30,00	m²	R\$ 434,92	R\$ 534,95	R\$ 16.048,50	0,20%
130	SIURB	1004052	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - TAMPA DE CONCRETO 5 CM	30,00	m²	R\$ 273,06	R\$ 335,86	R\$ 10.075,80	0,13%
131	SIURB	1004049	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - LASTRO DE CONCRETO ESP. 10CM	30,00	m²	R\$ 587,01	R\$ 722,02	R\$ 21.660,60	0,27%
132	SIURB	10010094	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - ESCAVAÇÃO E APILOAMENTO RETIRADA DE PAINÉIS DIVISÓRIOS COM	30,00	m²	R\$ 69,91	R\$ 85,99	R\$ 2.579,70	0,03%

133	FDE	04.60.012	MONTANTES METÁLICOS (DRYWALL)	200,00	m²	R\$ 7,52	R\$ 9,25	R\$ 1.850,00	0,02%
134	CDHU	03.05.020	DEMOLIÇÃO MANUAL DE REVESTIMENTO SINTÉTICO, INCLUINDO A BASE	300,00	m²	R\$ 9,08	R\$ 11,17	R\$ 3.351,00	0,04%
135	CDHU	21.02.060	REVESTIMENTO VINÍLICO, ESPESSURA DE 3.2 MM PARA TRÁFEGO INTENSO, COM IMPERMEABILIZANTE ACRÍLICO	500,00	m²	R\$ 272,73	R\$ 335,46	R\$ 167.730,00	2,13%
136	CDHU	21.02.281	REVESTIMENTO VINÍLICO FLEXÍVEL EM MANTA HOMOGÊNEA, ESPESSURA DE 2 MM, COM IMPERMEABILIZANTE ACRÍLICO	200,00	m²	R\$ 393,40	R\$ 483,88	R\$ 96.776,00	1,23%
137	CDHU	19.01.064	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRANITO PARA SOLEIRA E PEITORIL	80,00	m²	R\$ 214,15	R\$ 263,40	R\$ 21.072,00	0,27%
138	SICRO3	3806386	GUARDA CORPO E CORRIMÃO METÁLICO -FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	80,00	m	R\$ 771,36	R\$ 948,77	R\$ 75.901,60	0,96%
139	CDHU	20.20.040	RECOLOCAÇÃO DE TACOS SOLTOS COM COLA	100,00	M²	R\$ 47,69	R\$ 58,66	R\$ 5.866,00	0,07%
140	CDHU	20.20.100	RECOLOCAÇÃO DE RODOPÉ E CORDÃO DE MADEIRA	200,00	M	R\$ 13,23	R\$ 16,27	R\$ 3.254,00	0,04%
141	CDHU	20.20.202	RASPAGEM COM CALEFETAÇÃO E APLICAÇÃO DE VERNIZ SINTECO	500,00	M²	R\$ 170,19	R\$ 209,33	R\$ 104.665,00	1,33%
142	SICRO3	3713608	CERCA EM ARAME FARPADO COM MOURÕES DE EUCALIPTO	8.000,00	M	R\$ 27,99	R\$ 34,43	R\$ 275.440,00	3,49%
HIDRÁULICA - ITENS 143 AO 193								R\$ 326.500,25	3,76%
143	CDHU	46.01.020	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 25MM (¾") INCLUSIVE CONEXÕES	200,00	m	R\$ 34,19	R\$ 42,05	R\$ 8.410,00	2,58%
144	CDHU	46.01.030	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 32MM (1") INCLUSIVE CONEXÕES	70,00	m	R\$ 41,04	R\$ 50,48	R\$ 3.533,60	1,08%
145	CDHU	46.01.050	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 50MM (1 1/2")	50,00	m	R\$ 54,56	R\$ 67,11	R\$ 3.355,50	1,03%
146	SIURB	10005031	REGISTRO DE GAVETA , METAL CROMADO - ¾"	50,00	un	R\$ 96,27	R\$ 118,41	R\$ 5.920,50	1,81%
147	SIURB	10005032	REGISTRO DE GAVETA , METAL CROMADO - 1"	10,00	un	R\$ 102,42	R\$ 125,98	R\$ 1.259,80	0,39%
148	SIURB	10005033	REGISTRO DE GAVETA , METAL CROMADO - 1 ¼"	10,00	un	R\$ 192,61	R\$ 236,91	R\$ 2.369,10	0,73%
149	SIURB	10005051	REGISTRO DE PRESSÃO , METAL CROMADO - ¾"	50,00	un	R\$ 58,62	R\$ 72,10	R\$ 3.605,00	1,10%
150	SIURB	10009030	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 40MM (1 ½")	60,00	m	R\$ 28,59	R\$ 35,17	R\$ 2.110,20	0,65%
151	SIURB	10009031	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 50MM (2")	60,00	m	R\$ 37,37	R\$ 45,97	R\$ 2.758,20	0,84%
152	SIURB	10009032	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 75MM (3")	60,00	m	R\$ 73,87	R\$ 90,86	R\$ 5.451,60	1,67%
153	SIURB	10009033	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 100MM (4")	150,00	m	R\$ 51,47	R\$ 63,31	R\$ 9.496,50	2,91%
154	SIURB	10009034	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 150MM (6")	100,00	m	R\$ 116,74	R\$ 143,59	R\$ 14.359,00	4,40%
155	SIURB	10009035	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 200MM (8")	60,00	m	R\$ 189,11	R\$ 232,61	R\$ 13.956,60	4,27%
156	FDE	08.10.049	RALO SECO DE PVC RÍGIDO, COM SAIDA SOLDADA DE 40MM - DIÂMETRO 100MM	20,00	un	R\$ 93,81	R\$ 115,39	R\$ 2.307,80	0,71%
157	FDE	08.10.004	CAIXA SIFONADA DE PVC RÍGIDO - 100x150MM	20,00	un	R\$ 83,14	R\$ 102,26	R\$ 2.045,20	0,63%
158	FDE	08.10.006	CAIXA SIFONADA DE PVC RÍGIDO - 150x150MM	20,00	un	R\$ 87,19	R\$ 107,24	R\$ 2.144,80	0,66%
159	CDHU	49.03.020	CAIXA DE GORDURA, ALVENARIA DE TIJOLOS MACIÇOS COMUNS - 60x60CM	10,00	un	R\$ 377,24	R\$ 464,01	R\$ 4.640,10	1,42%

160	SIURB	10011092	HP.02 - GRELHA DE FERRO PERFILADO PARA CANALETA - L=30CM	100,00	m	R\$ 241,41	R\$ 296,93	R\$ 29.693,00	9,09%
161	SIURB	10060003	RETIRADA DE TUBULAÇÃO DE PVC RÍGIDO - ATÉ 4"	100,00	m	R\$ 14,56	R\$ 17,91	R\$ 1.791,00	0,55%
162	SIURB	10060011	RETIRADA DE TUBULAÇÃO DE CERÂMICA VIDRADA - ATÉ 6"	100,00	m	R\$ 22,65	R\$ 27,86	R\$ 2.786,00	0,85%
163	SIURB	10060018	RETIRADA DE REGISTROS OU VÁLVULAS FLEXÍVEIS	50,00	un	R\$ 129,29	R\$ 159,03	R\$ 7.951,50	2,44%
164	SIURB	10060026	RETIRADA DE CAIXAS SIFONADAS OU RALOS	15,00	un	R\$ 17,79	R\$ 21,88	R\$ 328,20	0,10%
165	SIURB	10060032	RETIRADA DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA	100,00	m	R\$ 8,09	R\$ 9,95	R\$ 995,00	0,30%
166	SIURB	10060033	RETIRADA DE CONDUTORES APARENTES	100,00	m	R\$ 5,18	R\$ 6,37	R\$ 637,00	0,20%
167	FDE	08.60.011	RETIRADA DE APARELHOS SANITÁRIOS, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	50,00	un	R\$ 55,85	R\$ 68,70	R\$ 3.435,00	1,05%
168	FDE	08.60.010	RETIRADA DE SIFÕES	100,00	un	R\$ 11,17	R\$ 13,74	R\$ 1.374,00	0,42%
169	FDE	08.60.007	RETIRADA DE TORNEIRAS	50,00	un	R\$ 7,26	R\$ 8,93	R\$ 446,50	0,14%
170	CDHU	04.11.160	RETIRADA DE CAIXAS DE DESCARGA DE SOBREPOR OU ACOPLADA	50,00	un	R\$ 25,17	R\$ 30,96	R\$ 1.548,00	0,47%
171	SIURB	10060050	RETIRADA DO TAMPO ÚMIDO	50,00	m²	R\$ 14,50	R\$ 17,84	R\$ 892,00	0,27%
172	FDE	08.70.005	RECOLOCAÇÃO DE REGISTROS OU VÁLVULAS FLEXÍVEIS	50,00	un	R\$ 154,54	R\$ 190,08	R\$ 9.504,00	2,91%
173	SIURB	10070026	RECOLOCAÇÃO DE CAIXAS SIFONADAS OU RALOS	50,00	un	R\$ 109,56	R\$ 134,76	R\$ 6.738,00	2,06%
174	SIURB	10070032	RECOLOCAÇÃO DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA	200,00	m	R\$ 74,52	R\$ 91,66	R\$ 18.332,00	5,61%
175	SIURB	10070033	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTORES APARENTES	200,00	m	R\$ 61,96	R\$ 76,21	R\$ 15.242,00	4,67%
176	CDHU	44.20.060	RECOLOCAÇÃO DE APARELHOS SANITÁRIOS, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	30,00	un	R\$ 80,42	R\$ 98,92	R\$ 2.967,60	0,91%
177	FDE	08.70.010	RECOLOCAÇÃO DE SIFÕES	100,00	un	R\$ 25,48	R\$ 31,34	R\$ 3.134,00	0,96%
178	SIURB	10070042	RECOLOCAÇÃO DE TORNEIRAS	50,00	un	R\$ 16,18	R\$ 19,90	R\$ 995,00	0,30%
179	SIURB	10070045	RECOLOCAÇÃO DE CAIXAS DE DESCARGA DE SOBREPOR	50,00	un	R\$ 145,61	R\$ 179,10	R\$ 8.955,00	2,74%
180	SIURB	10080086	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA LAVATÓRIO, METAL CROMADO - ½"	30,00	un	R\$ 67,53	R\$ 83,06	R\$ 2.491,80	0,76%
181	SIURB	10014004	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA USO GERAL, METAL CROMADO - ¾"	30,00	un	R\$ 55,62	R\$ 68,41	R\$ 2.052,30	0,63%
182	SIURB	10014008	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA PIA, COM CORPO LONGO E AERADOR - ¾"	30,00	un	R\$ 195,86	R\$ 240,91	R\$ 7.227,30	2,21%
183	SIURB	10014025	VÁLVULA DE DESCARGA EXTERNA COM ALAVANCA - 1 ¼"	5,00	un	R\$ 302,77	R\$ 372,41	R\$ 1.862,05	0,57%
184	SIURB	10080093	VALVULA AMERICANA DE METAL CROMADO - 1 ½"x3 ¾"	30,00	un	R\$ 79,19	R\$ 97,40	R\$ 2.922,00	0,89%
185	SIURB	10080097	TUBO DE LIGAÇÃO EM ALUMÍNIO COM CANOPLA, PARA CHUVEIRO - ¾"	30,00	un	R\$ 40,60	R\$ 49,94	R\$ 1.498,20	0,46%
186	CDHU	44.03.920	INSTALAÇÃO DE DUCHA HIGIENICA COM REGISTRO	60,00	un	R\$ 233,96	R\$ 287,77	R\$ 17.266,20	5,29%
187	CDHU	44.01.050	BACIA SIFONADA DE LOUÇA SEM TAMPA - 6 LITROS	20,00	UN	R\$ 313,42	R\$ 385,51	R\$ 7.710,20	2,36%
188	CDHU	44.01.800	BACIA SIFONADA COM CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA SEM TAMPA - 6 LITROS	10,00	UN	R\$ 1.112,79	R\$ 1.368,73	R\$ 13.687,30	4,19%
189	CDHU	44.20.280	TAMPA DE PLÁSTICO PARA BACIA SANITÁRIA	100,00	UN	R\$ 41,20	R\$ 50,68	R\$ 5.068,00	1,55%
190	CDHU	44.01.110	LAVATÓRIO DE LOUÇA COM COLUNA PIA COM CUBA SIMPLES EM MÁRMORE	10,00	UN	R\$ 572,97	R\$ 704,75	R\$ 7.047,50	2,16%
191	CDHU	44.01.610	SINTÉTICO, LINHA COMERCIAL - SEM PERTENCES	10,00	UN	R\$ 276,97	R\$ 340,67	R\$ 3.406,70	1,04%
192	CDHU	44.01.310	TANQUE DE LOUÇA COM COLUNA DE 30 LITROS	10,00	UN	R\$ 1.004,26	R\$ 1.235,24	R\$ 12.352,40	3,78%

193	SIURB	10090001	DESENTUPIMENTO DE RAMAIS DE ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS	2.000,00	m	R\$ 14,81	R\$ 18,22	R\$ 36.440,00	11,16%
IMPERMEABILIZAÇÕES - ITENS 194 AO 203								R\$ 167.114,60	1,93%
194	CDHU	32.16.050	SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MEMBRANA A BASE DE POLÍMEROS ACRÍLICOS NA COR BRANCA (4kg/M²)	200,00	m²	R\$ 52,31	R\$ 64,34	R\$ 12.868,00	7,70%
195	CDHU	32.16.010	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM PINTURA DE ASFALTO OXIDADO COM SOLVENTES ORGÂNICOS SOBRE MASSA	300,00	m²	R\$ 19,72	R\$ 24,26	R\$ 7.278,00	4,36%
196	CDHU	32.16.070	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MEMBRANA A BASE DE RESINA TERMOPLÁSTICA E CIMENTOS ADITIVADOS COM REFORÇO EM TELA DE POLIESTER	100,00	m²	R\$ 77,25	R\$ 95,02	R\$ 9.502,00	5,69%
197	CDHU	32.15.040	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MANTA ASFÁLTICA COM ARMADURA TIPO III B, ESPESSURA DE 4 MM	500,00	m²	R\$ 97,03	R\$ 119,35	R\$ 59.675,00	35,71%
198	CDHU	32.17.010	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM ARGAMASSA IMPERMEÁVEL COM ADITIVO HIDRÓFUGO	30,00	m³	R\$ 886,26	R\$ 1.090,10	R\$ 32.703,00	19,57%
199	CDHU	17.01.020	ARGAMASSA DE REGULARIZAÇÃO E OU PROTEÇÃO	30,00	m³	R\$ 854,24	R\$ 1.050,72	R\$ 31.521,60	18,86%
200	CDHU	32.08.030	JUNTA ESTRUTURAL COM POLIESTIRENO EXPANDIDO DE ALTA DENSIDADE P-III ESPESSURA DE 20 MM	200,00	m	R\$ 26,91	R\$ 33,10	R\$ 6.620,00	3,96%
201	CDHU	32.07.160	JUNTA DE DILATAÇÃO ELÁSTICA A BASE DE POLIURETANO	5.000,00	cm³	R\$ 0,30	R\$ 0,37	R\$ 1.850,00	1,11%
202	SIURB	5050001	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSA IMPERMEÁVEL	200,00	m²	R\$ 12,95	R\$ 15,93	R\$ 3.186,00	1,91%
203	SIURB	5050002	DEMOLIÇÃO DE SISTEMAS IMPERMEABILIZANTES DE BASE ASFÁLTICAS	300,00	m²	R\$ 5,18	R\$ 6,37	R\$ 1.911,00	1,14%
ELÉTRICA - ITENS 203 AO 235								R\$ 291.945,90	3,37%
204	CDHU	39.21.060	CABO DE 16 MM2 - ISOLAMENTO 0,6 /1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	500,00	m	R\$ 19,23	R\$ 23,65	R\$ 11.825,00	4,05%
205	CDHU	39.21.070	CABO DE 25 MM2 - ISOLAMENTO 0,6 /1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	300,00	m	R\$ 27,40	R\$ 33,70	R\$ 10.110,00	3,46%
206	CDHU	39.21.080	CABO DE 35 MM2 - ISOLAMENTO 0,6 /1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	200,00	m	R\$ 38,73	R\$ 47,64	R\$ 9.528,00	3,26%
207	CDHU	39.21.090	CABO DE 50 MM2 - ISOLAMENTO 0,6 /1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	100,00	m	R\$ 54,64	R\$ 67,21	R\$ 6.721,00	2,30%
208	CDHU	39.21.100	CABO DE 70 MM2 - ISOLAMENTO 0,6 /1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	100,00	m	R\$ 74,37	R\$ 91,48	R\$ 9.148,00	3,13%
209	CDHU	39.21.110	CABO DE 95 MM2 - ISOLAMENTO 0,6 /1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	100,00	m	R\$ 97,77	R\$ 120,26	R\$ 12.026,00	4,12%
210	CDHU	39.21.120	CABO DE 120 MM2 - ISOLAMENTO 0,6 /1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	50,00	m	R\$ 119,64	R\$ 147,16	R\$ 7.358,00	2,52%
211	CDHU	39.21.020	CABO DE 2,5 MM2 - ISOLAMENTO 0,6 /1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	1.000,00	m	R\$ 3,76	R\$ 4,62	R\$ 4.620,00	1,58%
212	CDHU	39.21.030	CABO DE 4 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	1.000,00	m	R\$ 5,12	R\$ 6,30	R\$ 6.300,00	2,16%
213	CDHU	39.21.040	CABO DE 6 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	1.000,00	m	R\$ 6,98	R\$ 8,59	R\$ 8.590,00	2,94%
214	CDHU	39.18.120	CABO PARA REDE U/UTP 23 AWG COM 4 PARES - CATEGORIA 6A	1.000,00	m	R\$ 27,40	R\$ 33,70	R\$ 33.700,00	11,54%
215	CDHU	38.01.040	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 3/4 - COM ACESSÓRIOS	300,00	m	R\$ 36,07	R\$ 44,37	R\$ 13.311,00	4,56%
216	CDHU	38.01.060	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 1" - COM ACESSÓRIOS ELETROD ACO GALV QUENTE (NBR	300,00	m	R\$ 45,11	R\$ 55,49	R\$ 16.647,00	5,70%

217	CDHU	38.06.060	5624) 25 MM (1") - COM ACESSÓRIOS	200,00	m	R\$ 68,25	R\$ 83,95	R\$ 16.790,00	5,75%
218	CDHU	38.06.120	ELETROD ACO GALV QUENTE (NBR 5624) 50 MM (2") - COM ACESSÓRIOS	50,00	m	R\$ 117,23	R\$ 144,19	R\$ 7.209,50	2,47%
219	SIURB	9005012	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 60A P/ ATÉ 28 DISJS.	5,00	un	R\$ 869,45	R\$ 1.069,42	R\$ 5.347,10	1,83%
220	SIURB	9005014	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 80A P/ ATÉ 34 DISJS.	5,00	un	R\$ 1.472,78	R\$ 1.811,52	R\$ 9.057,60	3,10%
221	SIURB	9005017	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 100A P/ ATÉ 44 DISJS.	5,00	un	R\$ 2.011,59	R\$ 2.474,26	R\$ 12.371,30	4,24%
222	FDE	09.05.063	BARRAMENTO DE 60A P/QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO	10,00	m	R\$ 23,74	R\$ 29,20	R\$ 292,00	0,10%
223	FDE	09.05.064	BARRAMENTO DE 100A P/QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO	10,00	m	R\$ 39,97	R\$ 49,16	R\$ 491,60	0,17%
224	FDE	09.08.029	INTERRUPTOR DE 1 TECLA BIPOLAR EM CAIXA 4"X2" - ELETROD. PVC FLEXÍVEL Ø 25MM .	100,00	un	R\$ 148,41	R\$ 182,54	R\$ 18.254,00	6,25%
225	FDE	09.08.033	2 INTERRUPTORES 1 TECLA BIPOLAR EM CAIXA 4"X4 - ELETROD. PVC Ø 25MM AMARELO.	50,00	un	R\$ 228,00	R\$ 280,44	R\$ 14.022,00	4,80%
226	CDHU	40.05.020	INTERRUPTOR DE 1 TECLA SIMPLES CAIXA 4"X2"	50,00	un	R\$ 33,48	R\$ 41,18	R\$ 2.059,00	0,71%
227	CDHU	40.05.040	INTERRUPTOR 2 TECLAS SIMPLES CAIXA DE 4"X2"	50,00	un	R\$ 43,83	R\$ 53,91	R\$ 2.695,50	0,92%
228	CDHU	40.05.060	INTERRUPTOR 3 TECLAS SIMPLES CAIXA 4"X2"	50,00	un	R\$ 54,78	R\$ 67,38	R\$ 3.369,00	1,15%
229	FDE	09.08.063	2 INTERRUPTORES DE 1 TECLA EM CAIXA 4"X4"-ELETRODUTO DE PVC	20,00	un	R\$ 243,81	R\$ 299,89	R\$ 5.997,80	2,05%
230	FDE	09.10.023	CENTRO DE LUZ EM PERFILADO- TOMADA DE LIGACAO - ELETROD. PVC Ø 25MM AMARELO.	50,00	un	R\$ 373,73	R\$ 459,69	R\$ 22.984,50	7,87%
231	FDE	09.82.095	PERFILADO EM CHAPA DE ACO 38X38MM	100,00	m	R\$ 50,98	R\$ 62,71	R\$ 6.271,00	2,15%
232	FDE	09.84.004	INTERRUPTOR PARALELO	20,00	un	R\$ 21,06	R\$ 25,90	R\$ 518,00	0,18%
233	CDHU	40.04.450	TOMADA 2P+T PADRAO NBR 14136 CORRENTE 10A-250V	100,00	un	R\$ 29,55	R\$ 36,35	R\$ 3.635,00	1,25%
234	CDHU	40.04.460	TOMADA 2P+T PADRAO NBR 14136 CORRENTE 20A-250V	100,00	un	R\$ 31,13	R\$ 38,29	R\$ 3.829,00	1,31%
235	CDHU	04.22.130	REMOÇÃO DE TUBULAÇÃO ELÉTRICA EMBUTIDA COM DIÂMETRO EXTERNO ATÉ 50 MM	200,00	m	R\$ 27,92	R\$ 34,34	R\$ 6.868,00	2,35%
(BDI 23 % incluso nos preços unitários)						TOTAL GERAL		R\$ 8.673.580,20	100,00%

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados da publicação da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas, prorrogáveis até 24 (vinte e quatro) meses nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados do(a) emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, contados a partir da publicação da Nota de Empenho no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), conforme inciso V do artigo 174 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.4.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado;

1.4.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.4.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.5. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde as cotações das tabelas: CDHU Boletim 200 04/2026, SIURB 01/2026, SINAPI 03/2026, SICRO3 01/2026, e FDE 01/2026.

1.6. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC/FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.6.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.6.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.6.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.6.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.7. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (dias) , contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

Subcontratação

1.8. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 48031918000124-0-000009/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 13/06/2025;

III) Id do item no PCA: 714; 715; 716; 717; 718; 719

IV) Classe/Grupo: 545; 546; 547; 853; 859

3. Descrição da Solução como um Todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e no Estudo Técnico Preliminar, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações para promover a responsabilidade social e econômica durante a execução dos serviços:

- Utilização de Produtos Sustentáveis: A empresa contratada deverá adotar produtos sustentáveis, compatíveis com as normas sanitárias e ambientais, evitando a utilização de substâncias agressivas ao meio ambiente.
- Gestão de Resíduos: A empresa contratada deverá seguir boas práticas de gestão de resíduos, garantindo que todos o sejam devidamente encaminhados para locais apropriados, em conformidade com as normas ambientais vigentes.
- Eficiência no Uso de Recursos: A empresa contratada deverá buscar a eficiência no uso de recursos naturais, como água e energia, adotando práticas que minimizem o consumo e maximizem a eficiência na execução dos serviços.
- Valorização da Mão de Obra: A contratada deverá garantir condições de trabalho dignas para seus colaboradores, respeitando as normas trabalhistas e promovendo a segurança e o bem-estar no ambiente de trabalho, com foco em ações que visem à valorização da mão de obra local.
- Redução de Impactos Ambientais: A empresa contratada deverá adotar medidas para reduzir as emissões de poluentes, como o uso de veículos com menor emissão de gases poluentes, quando aplicável, e minimizar a utilização de plásticos descartáveis e outros materiais de difícil degradação.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Para as marcas mencionadas nas especificações constantes do Memorial Descritivo, considerar equivalente ou similar.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não se aplica.

Garantia da contratação

4.5. Não será exigida a garantia contratual prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de prestação de serviços com entrega imediata e integral, sem previsão de obrigações futuras por parte da contratada, o que afasta a necessidade da exigência facultativa de garantia, conforme dispõe a legislação, que condiciona sua aplicação à natureza e ao risco da contratação.

Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (14) 3880-7146 ou pelo e-mail: dts.fca@unesp.br.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8.1. Na ausência do credenciamento, da apresentação de cópia do contrato social da empresa e do documento de identificação do responsável pela vistoria, a declaração não será emitida;

4.8.2. Ressalta-se que não haverá vistoria sem agendamento prévio.

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. Modelo de Execução do Objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias a contar da emissão do Termo de Início e/ou Autorização de Execução emitido pela Diretoria Técnica de Serviços após a emissão da Nota de Empenho para o e-mail indicado na proposta vencedora.

5.1.2. A partir do início dos serviços o contratado terá o prazo de 30 (trinta) dias para a execução total dos serviços.

5.1.3. Os métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos e periodicidade de execução dos serviços deverão observar integralmente o Memorial Descritivo, que integra este instrumento como anexo, possuindo caráter vinculante e complementar. Em caso de divergência entre este Termo de Referência e o Memorial Descritivo, prevalecerá a disposição que melhor assegure a qualidade técnica e a adequada execução do objeto.

5.1.4. A contratada será integralmente responsável por todo o processo de execução dos serviços, desde a avaliação técnica inicial das áreas, o transporte de pessoal, equipamentos e insumos, até a efetiva execução dos serviços. Caberá ainda à contratada assegurar o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e produtos necessários, em quantidades suficientes à perfeita execução dos serviços.

5.1.5. Compete à contratada a adoção de todos os procedimentos necessários à correta execução dos serviços, incluindo a garantia da segurança das pessoas, das instalações e dos equipamentos, bem como a sinalização adequada dos locais atendidos, por meio da afixação de avisos informativos sobre a realização dos serviços, com vistas à proteção dos usuários das áreas tratadas.

5.1.9. O serviço somente será considerado concluído após a devida verificação e aprovação pela contratante, mediante avaliação do atendimento aos critérios técnicos, operacionais e de qualidade previamente estabelecidos. A aprovação dos serviços poderá considerar, quando aplicável, os relatórios técnicos apresentados pela contratada, contendo a descrição das atividades executadas.

5.2. Conceitos

5.2.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto 9.507 de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.2.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize personalidade e subordinação direta.

5.3. Metodologia dos Serviços

5.3.1. A metodologia de execução dos serviços deverá observar rigorosamente o cronograma previamente estabelecido pela contratante, de modo a assegurar o adequado planejamento das atividades e a mínima interferência na rotina institucional.

5.3.2. A execução deverá causar o menor impacto ambiental possível, com a utilização de técnicas e produtos adequados, visando atingir de forma eficaz os objetivos dos serviços, sem colocar em risco a saúde das pessoas que transitam ou utilizam as instalações.

5.3.3. Os serviços serão desenvolvidos em ambientes de ensino de pesquisa, sendo necessário tomar todas as precauções para minimizar a ocorrência de ruídos, propagação de poeiras e obstrução da circulação no local dos serviços.

5.3.4. Os serviços deverão ser realizados exclusivamente por profissionais devidamente treinados, uniformizados e identificados, sob supervisão técnica, garantindo a correta execução dos procedimentos e o cumprimento das normas sanitárias e de segurança.

5.3.5. Após a realização dos serviços, deverá ser promovida vistoria conjunta nas áreas, envolvendo a contratante, com a finalidade de avaliar a eficácia dos serviços realizados e, se necessário, adotar medidas corretivas para a solução de eventuais reincidências.

5.4. Critérios de aceitação e controle

5.4.1. O aceite dos serviços ficará condicionado à comprovação do atendimento integral às especificações técnicas, operacionais e de qualidade previstas neste Termo de Referência.

5.4.2. A contratante poderá exigir a apresentação de relatórios técnicos, registros operacionais e demais evidências necessárias à verificação da adequada execução dos serviços.

5.5. Especificação da garantia do serviço

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), correspondente ao prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo dos serviços.

5.5.2. Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a realizar, sem ônus adicional para a Administração, os reparos, reaplicações ou ajustes necessários à correção de eventuais falhas na execução dos serviços ou nos produtos utilizados, desde que observadas as condições normais de uso.

5.5.3. Durante 90 dias após o Recebimento Definitivo dos serviços, a Contratada responderá por sua qualidade e segurança, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços. A Contratada responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e preposto.

5.6. Local e horário da prestação dos serviços

5.6.1. Dias e Horários de Execução: Por ser ambiente com grande circulação de pessoas, os serviços serão realizados em horários diurnos conforme cronograma a ser definido pela Contratante, de segunda à sexta-feira, nos horários entre 8:00 e 17:00 horas nas áreas internas ou externas, de acordo com a necessidade da Diretoria Técnica de Serviços.

5.6.1.1. Eventualmente será necessário a realização de serviços nos finais de semana, feriados e períodos noturnos.

5.6.2. Os serviços serão realizados nos prédios da Faculdade de Ciências Agrônômicas, nos seguintes endereços:

a) Fazenda Experimental Lageado: Avenida Universitária, nº 3780 - Altos do Paraíso, Botucatu/SP, CEP: 18610-034

b) Fazenda Experimental São Manuel: Rodovia Marechal Rondon, Km 269, São Manuel/SP. CEP: 18650-000;

c) Fazenda Experimental Edgardia: Rodovia Alcides Soares, Km 3, Botucatu/SP. CEP: 18619-002.

5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7.1. Caso não seja possível realização dos serviços na data previamente assinalada, a contratada deverá comunicar as razões da impossibilidade com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência. Essa comunicação deverá ser enviada ao contratante pelo e-mail que remeteu a nota de empenho e/ou termo de início, permitindo tempo hábil para análise e eventual aprovação de qualquer pleito de prorrogação de prazo.

5.7.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada conforme os procedimentos estabelecidos na Portaria UNESP nº 135, de 20 de Dezembro de 2023, e poderá ser considerada, desde que a contratada apresente justificativas plausíveis.

5.7.3. Exceções a essa exigência podem ser feitas em casos de força maior ou caso fortuito, situações que impossibilitem o cumprimento da data de entrega e que estejam além do controle da contratada, tais como desastres naturais ou eventos imprevisíveis e inevitáveis.

5.8. Obrigações e responsabilidades da contratada

5.8.1. Comprovação de vínculo contratual com profissional da área de construção civil, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

5.8.2. Em cada serviço deverá ser indicado preposto da empresa contratada para resolver os assuntos pertinentes aos serviços.

5.8.3. Assegurar o fornecimento integral e contínuo de todos os recursos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo mão de obra qualificada, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios, em quantidades adequadas e compatíveis com as exigências técnicas, operacionais e de desempenho estabelecidas neste Termo de Referência;

5.8.4. Garantir o cumprimento integral da legislação e das normas técnicas aplicáveis à segurança e saúde no trabalho, promovendo a capacitação contínua de seus empregados, bem como o fornecimento, controle, substituição e correta utilização dos equipamentos de proteção individual e coletiva, em conformidade com as normas regulamentadoras vigentes;

5.8.5. Adotar, previamente e durante a execução dos serviços, todas as medidas necessárias à proteção das áreas envolvidas, incluindo a adequada sinalização, isolamento e controle de acesso, com o objetivo de prevenir acidentes, mitigar riscos operacionais e assegurar a integridade das pessoas, instalações e equipamentos;

5.8.6. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração, a bens públicos ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou subcontratados, assegurando a imediata reparação, reposição ou ressarcimento, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais cabíveis;

5.8.7. Manter todos os equipamentos, materiais e utensílios utilizados na execução dos serviços devidamente identificados, em conformidade com padrões que permitam sua rastreabilidade, controle e distinção em relação aos bens da contratante.

5.9. Obrigações e responsabilidades da contratante

5.9.1. Compete à Contratante exercer a fiscalização e o controle da execução dos serviços, acompanhando o cumprimento das obrigações contratuais, dos prazos estabelecidos e da qualidade técnica dos serviços prestados.

5.9.2. A Contratante deverá facilitar, por todos os meios possíveis, o exercício das atividades da Contratada, assegurando o acesso de seus empregados às instalações e promovendo o adequado relacionamento entre os servidores da unidade e a equipe terceirizada, de forma a viabilizar o pleno cumprimento das obrigações contratuais.

5.9.3. Deverá ser garantido o livre acesso dos empregados da Contratada a todos os locais onde se fizerem necessários os serviços, bem como o fornecimento das informações e esclarecimentos solicitados acerca da natureza das atividades a serem executadas.

5.9.4. A Contratante deverá disponibilizar instalações sanitárias para uso dos funcionários da Contratada durante a execução dos serviços, bem como fornecer, quando necessário, parte da infraestrutura básica indispensável, como pontos de energia elétrica e de abastecimento de água.

5.9.5. Caberá à Contratante indicar formalmente gestor e fiscais do contrato, caso seja aplicável, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e registro da execução dos serviços, nos termos da legislação vigente de licitações e contratos administrativos.

6. Modelo de Gestão do Contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critério de Medição e Pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Serão conferidos/medidos os serviços elencados na nota de Empenho. Não havendo irregularidades nos serviços, será solicitada a emissão da nota fiscal

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a conclusão da execução do serviço, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser

consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e Critérios Seleção do Fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital [quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e,] nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.23.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.24. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.24.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s);

8.24.1.1. Ao objeto da presente contratação;

8.24.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.24.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.24.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.25. DECLARAÇÃO de que, se vencedor, apresentará quando do recebimento da nota de empenho a seguinte documentação:

8.25.1. Comprovação de vínculo contratual com profissional da área de construção civil, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Outras comprovações

8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.27. Tratando-se de consórcio:

8.27.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.27.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.27.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.27.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio[ESP2] .

8.28. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.28.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.28.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.28.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 8.673.580,20 (Oito milhões, seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e oitenta reais e vinte centavos.), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1 e planilha de pesquisa de preço referencial anexa a este Termo de Referência. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação Orçamentária

10.1. A presente licitação encontra-se compatível com as leis orçamentárias vigentes, ressaltando-se que a indicação da dotação orçamentária será exigida apenas no momento da formalização da contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCOS JOSE GONCALVES

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 15:22:57.

MARCELO MODELO

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 14:58:08.

CAIO ANTONIO CARBONARI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 08:30:48.